

O FPM E O FPE EM 2013

Ricardo Lacerda¹

A crise financeira internacional de setembro de 2008 impactou negativamente o ciclo virtuoso da economia brasileira iniciado em 2004, em que a expansão do nível de atividade foi realimentada de forma intensa pela expansão do crédito, do emprego e dos gastos públicos, em suas três esferas.

Uma das consequências perversas da desaceleração do ritmo de crescimento foi seu efeito sobre a evolução das receitas públicas, o que tem sido especialmente danoso para as finanças de estados e municípios mais dependentes das transferências federais do FPE e FPM, que vêm evoluindo nos últimos cinco anos em ritmo inferior ao do crescimento do PIB.

FPM

Em 2013, foram distribuídos cerca de R\$ 59 bilhões de reais a título de fundo de participação para os municípios brasileiros. Esse valor corresponde 22,5% da arrecadação líquida de IPI e do Imposto de Renda e é distribuído entre eles de acordo com as faixas de tamanho de população e inversamente à renda per capita, com alguns ajustes. Os municípios sergipanos auferiram em 2013, em valores correntes, R\$ 877 milhões. Coube a Aracaju uma receita de cerca de R\$ 180 milhões.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do FPM dos municípios sergipanos entre 2003 e 2013, corrigidos pelo IPCA, a valores de dezembro de 2013. Como o IPCA desse mês ainda não foi anunciado, repetiu-se o valor do mês anterior (0,54%).

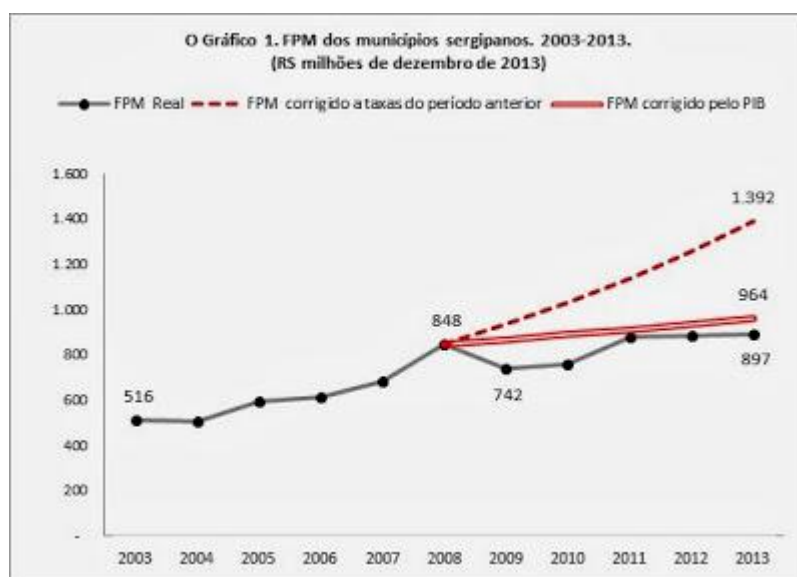
Entre 2003 e 2008, o FPM dos municípios sergipanos teve desempenho espetacular, apresentando taxa de crescimento real (acima do IPCA) de 10,4% ao ano. No quinquênio seguinte, entre 2009 e 2013, o crescimento real do FPM foi rebaixado para 1,1% ao ano, inferior mesmo ao crescimento médio anual do PIB do período, de 2,6%.

¹ Professor do Departamento de Economia da UFS e Assessor Econômico do Governo de Sergipe. Publicado no Jornal da Cidade, em 05/01/2014. Artigos anteriores estão postados em <http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com/>

No Gráfico 1, foram simuladas as perdas decorrentes desse mau desempenho do FPM frente a duas situações: caso, o FPM tivesse mantido o mesmo ritmo de expansão, notável diga-se de passagem, do quinquênio anterior, a quota de 2013 teria atingido R\$ 1,39 bilhão ao invés dos R\$ 897 milhões de fato transferidos, em valores de dezembro de 2013. A perda de receita do FPM dos municípios sergipanos, apenas nesse ano, alcançaria R\$ 495 milhões. Somando-se as diferenças entre o transferido de fato e a projeção com base no crescimento do período anterior, as perdas de FPM em Sergipe entre 2009 e 2013 alcançam o montante de R\$ 1,6 bilhão, em valores de dezembro de 2013.

Pode-se alegar que uma expansão real de 10,4% é extremamente elevada e que somente poderia ser obtida a custo de crescimento insustentável na carga tributária nacional, já por demais asfixiante.

Na segunda simulação, calculou-se um crescimento mais modesto do FPM, com base nas taxas de crescimento do PIB a cada ano. Nessa projeção, o FPM dos municípios sergipanos de 2013 atingiria R\$ 964 milhões, em vez dos R\$ 897 auferidos, contabilizando perdas de R\$ 67 milhões em 2013, e que somariam R\$ 412 milhões no quinquênio considerado (2009-2013), sempre em valores de dezembro de 2013 (ver Gráfico 1).



Fonte: STN/Fazenda. Obs. Valores corrigidos para dezembro de 2013.

Foi estipulado para dezembro de 2013 o mesmo valor de novembro do mesmo ano, 0,54%.

Têm sido frequentes as mobilizações de prefeitos em Brasília em busca de recursos adicionais para fazerem frente às demandas da população por mais e melhores serviços públicos.

Os administradores municipais argumentam que se sentem premidos pelas demandas da população e pelas reivindicações salariais do funcionalismo. Pode-se sempre argumentar que os gestores têm reponsabilidade em relação às dificuldades que enfrentam, pois são conhecidas as deficiências na gestão dos recursos e a carência de pessoal qualificado, mas cabe reconhecer que a desaceleração do nível de atividade e os incentivos fiscais adotados para estimular os consumo e investimento, na tentativa de retomar o ritmo de crescimento, causaram perdas expressivas nas receitas oriundas do FPM e também do FPE, no caso das administrações estaduais, como será visto a seguir.

FPE

A quota de Sergipe no Fundo de Participação dos Estados somou R\$ 2,27 bilhões em 2013, a preços de dezembro, já excluídos os recursos do FUNDEB, e se constitui a maior fonte de receita do Estado. Entre 2003 e 2008, o FPE apresentou incrementos, na média anual, de 9,8% acima da inflação. Com os efeitos da crise internacional, o FPE passou a registrar desempenhos bem mais modestos: 1,1% ao ano, acima do IPCA, entre 2009 e 2013.

O Gráfico 2 sintetiza para o FPE as mesmas projeções que foram elaboradas para o FPM. Caso mantivesse o mesmo crescimento do período anterior, a quota do FPE de Sergipe teria atingido R\$ 3,42 bilhões em 2013, ao invés de R\$ 2,27 bilhões recebidos, a preços de dezembro de 2013, incorrendo o Estado em uma perda ou frustração de R\$ 1,16 bilhão apenas nesse ano. Na soma dos cinco anos (2009-2013), essas perdas alcançam notáveis R\$ 3,6 bilhões.

Na segunda projeção, em bases mais realistas, caso o FPE tivesse acompanhado a evolução do PIB do período, em 2013 o FPE teria alcançado R\$ 2,44 bilhões, frente aos R\$ 2,24 de fato auferidos, uma perda de R\$ 172 milhões apenas nesse ano. Na soma dos cinco anos (2009-2013), as perdas somariam R\$ 912 milhões , a preços de dezembro de 2013.



Fonte: STN/Fazenda. Obs. Valores corrigidos para dezembro de 2013.

Foi estipulado para dezembro de 2013 o mesmo valor de novembro do mesmo ano, 0,54%.

Tanto o estado quanto boa parte dos municípios incorreram em perdas suficientemente expressivas para abalar a capacidade de fazer frente aos seus compromissos mais corriqueiros. Os efeitos da desaceleração do crescimento no pós 2008 e da adoção de medidas fiscais de incentivo ao consumo e ao investimento sobre as evoluções do FPM e do FPE são indicativos das dificuldades que começam a surgir quando os mecanismos de retroalimentação perdem força.